

DIREITO E LITERATURA – A CONTRIBUIÇÃO DA OBRA DE MONTEIRO LOBATO NA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DO DIREITO ANIMAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Maria Cristina Brugnara Veloso, Camilo Machado de Miranda Porto***

RESUMO: Existe algo que a Literatura permite compreender e desvelar ao Direito, que este como Ciência não consegue apreender. Nesta perspectiva vemos a literatura como fonte e local de debate e elaboração de conhecimento jurídico. No presente artigo propomos avaliar a contribuição da obra de Monteiro Lobato, por meio de seus personagens e universo literário, na construção de um imaginário jurídico-coletivo brasileiro da geração contemporânea. A literatura por meio da linguagem de seus personagens fala às pessoas sobre as possibilidades do Direito. Segundo a interdisciplinaridade do Direito e da Literatura e através da obra de Monteiro Lobato visualizamos a inovação e ampliação de conceitos jurídicos na área do biodireito e bioética, em especial do direito dos animais. Partimos da constatação que seus livros para o público infantil ambientam-se no meio rural. Seu cenário principal é a natureza, e os animais são protagonistas

* Advogada. Mestranda em Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Especialista em Direito Processual Constitucional pelo Unicentro Metodista Izabela Hendrix; Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos, de Belo Horizonte. Orienta subgrupos de pesquisas de iniciação científica do grupo de pesquisa permanente José Alfredo de Oliveira Baracho da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas e grupo de pesquisa inscrito no Núcleo de Pesquisa Acadêmica - NAP da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas em Direito Animal.

** Advogado. Mestrando em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro; Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

que possuem racionalidade e sentimentos. A literatura é uma das linguagens, não a única, que gera conceitos cognitivo-afetivos e com essa abordagem inquietante deslumbra e perturba, contribuindo para problematizar a visão tradicional do direito e da filosofia quando estes estão atrelados ao uso puramente intelectual dos conceitos. Com sua plasticidade a literatura enriquece a noção de racionalidade jurídica ao agregar sensibilidade. A compreensão literária espelha conteúdos, interage com o real e desvela sentidos que são apropriados pelo direito. O transmitido impõe-se e na medida em que é compreendido e amplia o horizonte que até então nos rodeava.

PALAVRAS CHAVE: Direito dos Animais; Literatura; Monteiro Lobato

ABSTRACT: There is something that the literature allows to understand and reveal to the Law, that the law as Science cannot apprehend. In this perspective we see Literature as a source and site of debate and drafting of legal knowledge. In this paper we propose to evaluate the contribution of the Monteiro Lobato's work, through his characters and literary world, building a legal and collective imagination of Brazilian contemporary generation. The literature gives information about the possibilities of law. According to the interdisciplinarity of Law and Literature and through the Lobato's literature, we can see a real innovation and expansion of legal concepts in the area of biolaw and in particular, the right of animals. Assuming his books for children fit in the countryside. Its main stage is the nature and the animals are the protagonists who have feelings and rationality. Literature is one of the languages, not the only one, that generates cognitive-affective concepts and with its disquieting approaches, dazzles and disturbs, contributing to problematize traditional vision of law and philosophy, when they are linked to the use of purely intellectual concepts. Its plasticity literature enriches the notion of legal rationality and add sensitivity. The issue imposes itself when it's better understood, extending the horizon who surrounded us once.

KEYWORDS: Animal Rights; Literature; Monteiro Lobato

1. Desenvolvimento

1.1 Introdução

O Homo sapiens faliu. Estou com Wells naquele livro que traduzi com o título de “O Destino do Homo Sapiens”. Esse macaco glabro vai falir no governo do mundo. Destruir-se-á totalmente nas guerras futuras – e a bicharia ficará livre da peste. Teremos então, com grandes probabilidades, outro “rei dos animais”. Que bicho será? Voto no besouro. Acho o besouro singularmente bem apetrechado para a dominação do mundo. É um safadinho que usa “asas dobráveis e guardáveis”, como diz a Emília, aperfeiçoamento que não vemos em nenhuma outra espécie animal. (LOBATO, Cartas escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1964, 2t.)

Em 18 de abril de 2010, comemorou-se cento e vinte e oito anos do nascimento de Monteiro Lobato, (1882/1948), um homem anticonvencional e que soube contar o seu tempo por meio de suas histórias, reinventando e redefinindo realidades. Lobato era inquieto, perspicaz, sempre atento e engajado nas questões de sua época, bem como, a frente de seu tempo em outras, ainda latentes, no debate público nacional, como por exemplo a questão ambiental e animal. Lobato, logicamente, enfrentou temas como estes dentro do que era possível no discurso da época.

Falamos de um direito ambiental nascituro, pois apenas nos anos 60 do século XX que a proteção do Ambiente foi, ainda que incipidamente, levada à discussão política internacional. No ano de 1972, aconteceu em Estocolmo, Suécia, a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, marco inicial das reuniões envolvendo representantes de diversos Estados para o debate sobre a questão ambiental no mundo. Todavia, a matéria do meio ambiente só foi introduzida em nosso ordenamento jurídico através da Lei 6.938/81, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); trinta e três anos após a morte de Lobato.

Expressar-se sobre Direito dos Animais no tempo de Monteiro Lobato é algo totalmente anacrônico já que não existe, sequer na atualidade, um consenso sobre a consolidação de um Direito dos Animais e a delimitação de seu conteúdo.

Em “*Homo sapiens*”, um dos ensaios de *A Onda Verde*, Lobato, em um estilo irônico, condena o homem pela pesca com armadilhas, as arapucas, ratoeiras; o aprisionamento de pássaros em gaiolas, as carroças e arreios em que os cavalos eram presos; a caça das baleias e aos outros animais a tiros, os incêndios dos campos e matas, a drenagem dos pântanos, enfim, por todo o mal causado aos animais. A solução de Lobato é conclamar uma revolução dos bichos: “animais todos da Terra, basta de submissão! Uni-vos!” (PEREIRA, 2010).

No conjunto de sua obra, seja para o público adulto ou infantil, observamos os traços de sua preocupação com o ambiente e com os animais. Nossa breve análise neste artigo se volta para sua obra infantil. A literatura infantil tem o condão de, com maior intensidade e profundidade, gerar afetividades e sentidos sensíveis capazes de produzir catarse e empatia na mente infantil, ampliando seu horizonte cognitivo e alterando seu “mundo da vida”.

Como afirmam Coelho e Santana (1996), a noção da linguagem literária vai além da idéia de literalização, erudição e elitização. O termo literatura está associado à noção de palavra nomeadora do real, sendo, neste sentido, expressão essencial do ser humano em suas relações com o outro e com o mundo ou com a natureza em geral. (COELHO E SANTANA, 1996:59). Como produto de nomeação, já é em si uma viabilização e uma concretização de simbolismos, crenças, normas, enfim, de discursos que localizam o lugar dos seres e das coisas em relação ao indivíduo.

A literatura deveria ser entendida como experiência humana fundamental e atuaria em mentes, em emoções, em disseminação da combinação do racional com o emocional, do razoável com o fantástico, do científico com o poético, do concreto com

o imaginário, com o espaço interior do indivíduo (COELHO E SANTANA, 1996:60).

Na história literária, a criança se projeta momentaneamente nos personagens e penetra no mundo da fantasia, vivenciando um contato mais estreito com seus sentimentos e elaborando seus conflitos e emoções. Desta maneira ela cresce e se desenvolve. A história funciona como uma ponte entre o real e o imaginário. A sua percepção de tempo, espaço e de possibilidades no mundo real é ampliada. Ela desenvolve a reflexão e o espírito crítico, pois a partir da leitura abre-se uma porta para a compreensão de si e do mundo. Esta interação com este espaço interno, evidentemente, atua na formação de sua consciência-de-mundo (...). (COELHO E SANTANA, 1996:60).

Não será então difícil compreender como a voz literária alcança a infância com a síntese da verdade, do belo e do bem, consolidando uma razão sensível e atenta, capaz de articulações inesperadas, de visões renovadoras do mundo e da vida. O sentido das coisas não está paralisado na letra, mas se move ao sabor e saber das condensações; deslocamentos que apontam para as feições caleidoscópicas do real em suas múltiplas disposições. O real é inexoravelmente contingente, temporal.

Lobato escreveu ciente que o receptor de seu discurso é o olhar da infância. Os personagens lobatianos são movidos muito mais por seus próprios interesses, pelo livre arbítrio, pela aproximação afetiva, pelo senso comum, pelos sentidos, pela empatia, pela visão subjetiva, pela busca da felicidade do que por uma ética geral, pré-estabelecida, racional, abstrata, uniforme, objetiva, imparcial e impessoal, que pretende determinar, a priori, o certo e o errado: “o dever-ser”. Aprende-se ser justo praticando justiça. A moral ingênua reaparece regendo personagens que vão da boneca Emília ao Burro Falante e até mesmo a Rã do livro Reforma da Natureza.

Neste sentido é que, no presente trabalho, se coloca a condição animal – a Literatura, e o Direito, este especialmente sobre o prisma da Ética – procurando compreender melhor os aspectos

da literatura infantil de Monteiro Lobato, o papel dos animais neste universo, e como ambos se relacionam com a infância, informando condutas morais e racionais que geram conceitos que, quando consensualmente aceitos pela sociedade, são abarcados pelo Direito. O direito reflete a prática justa, a conduta ética. O bem e o bom antecedem, perpassam e sucedem o legal.

1.2 A condição animal sob um olhar ético

– Mas que é que faz todas essas vidinhas viverem? Está aí uma coisa que a minha cabeça não compreende.

– Ah, isso é o segredo dos segredos! – respondeu o saci. Nem nós sabemos. Mas o que acontece é o seguinte: dentro de cada criatura, bichinho ou plantinha, há uma força que a empurra para a frente. Essa força é a Vida. Empurra e diz no ouvido das criaturinhas o que elas devem fazer. A Vida é uma fada invisível. É ela que faz o pernilongo ir picar as pessoas nas casas, de noite; e que manda o grilo abrir o buraco; e que ensina o bombardeio a bombardear seus atacantes.

– Mas é invisível até para vocês, sacis, que enxergam mais coisas do que nós, homens? – perguntou Pedrinho.

– Sim. Eu que enxergo tudo nunca pude ver a fada Vida. Só vejo os efeitos dela. Quando um passarinho voa, eu vejo o vôo do passarinho, mas não vejo a fada dentro dele a empurrá-lo. (LOBATO, O Saci, 21ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p.62/63.)

Há na contemporaneidade, em âmbito internacional e nacional, uma discussão teórica e doutrinária sobre a existência do Direito Animal como disciplina autônoma do Direito. Essa disciplina parte do pressuposto do animal como “sujeito de uma vida”, portanto com direitos e utiliza-se de fundamentos científicos e filosóficos, com a finalidade de proteger as demais espécies animais da espécie humana.

O Brasil, para não fugir à regra dos demais países, não reconhece os animais como autênticos sujeitos de direito. Os ani-

mais, portanto, não titularizam direitos subjetivos e continuam atados ao dogma da coisificação: são tidos como “bens móveis” pela legislação civil e “recursos naturais” pelas leis ambientais. (LOURENÇO, 2008).

Essa visão instrumental revela o caráter descartável da vida não-humana. Como mencionado, as ditas leis de proteção animal apenas regulamentam o uso dos animais, colocando eventuais salvaguardas no intuito de minimizar o paradoxal “sofrimento desnecessário”, mas jamais questionam a moralidade dessas mesmas instituições e condutas.

Nesse contexto os animais são vistos como bens a serem explorados e como tais são considerados. Possuem relevância na medida em que representam alguma utilidade (visão utilitarista) para os homens. A eles, não é reconhecido qualquer valor intrínseco, mas puramente o valor de uso, em especial do uso econômico.

O paradigma antropocêntrico desconsidera a singularidade de cada criatura e o caráter sagrado da vida. Consequentemente, o animal não humano tem negada sua natural condição de ser sensível. (LEVAI, 2006.)

Daniel Lourenço define a senciência em sentido genérico lato, apontando que as dificuldades em se precisar seu conceito não podem ser óbices ao reconhecimento ético do direito dos animais:

“... (capacidade de possuir experiências mentais de dor e prazer, bem como algum nível de senso, ainda que reduzido de si próprio, e de ter interesse de continuar experimentando a vida, ainda que em sentido empírico). Admito que o próprio conceito de senciência é alvo de debates e incertezas. Todavia embora não possamos precisar na escala filogenética o local exato no qual não existe mais consciência, isso não serve de escusa para nos impedir de afirmar onde certamente ela está presente.” (LOURENÇO, 2008)

Na relação que se pretende estabelecer neste artigo entre a obra literária infantil de Monteiro Lobato e o provável imagi-

nario jurídico favorável ao reconhecimento de direitos aos animais despertado por sua obra, não nos ateremos a possíveis conceituações teórico-normativas de um direito animal, e sim ao tecimento de conceitos empático-afetivos tramados através de seus enredos fantásticos na mente dos seus leitores, criando uma abertura emotiva e racional a uma postura ética e de responsabilidade para com os animais.

Parece necessário reconhecer que as grandes questões ecológicas são questões éticas e de decisão ética. É na construção desta ética que nos debruçamos sobre a contribuição literária da obra de Monteiro Lobato. Nas palavras de Ricardo Timm:

As grandes questões ecológicas e seus correspondentes desafios são doenças da relação, desdobramentos da incompreensão original da base ética, fundamental, que articula os seres humanos entre si e com os outros seres; enfim, são expressões de um 'tempo patológico. (SOUZA, 1996, p. 151.)

O homem domina os animais que, outrora soberanos, encontram-se indefesos. Os animais são utilizados para os mais variados propósitos: alimentação, vestuário, companhia, entretenimento e experimentações científicas. Na base dessa utilização encontra-se a premissa de superioridade do homem sobre os demais seres vivos. É como se essa "posição especial" ocupada pelo homem lhe conferisse um direito, quase que natural, de dominar e explorar a natureza. Essa concepção traz em si o traço da segregação, servindo de substrato à ação dominadora e alienadora do homem sobre os outros seres vivos (inclusive com os de sua própria espécie).

"Alteridade" significa a absoluta intocabilidade ética da condição do 'Outro' (LÉVINAS, 2008), sendo o "Outro" para nós o animal não humano.

O Outro corrói minhas certezas, me extrai de mim mesmo, "delimita" meu desespero e minha solidão aparentemente infinitos e eternos com sua ocorrência, e "funda" meu persistir na existência – minha "subjetividade" - para que eu possa, entre muitas coisas, filosofar. O

Outro é anterior a qualquer pensamento ou filosofia e, por decorrência, a qualquer de seus frutos, incluindo os conceitos de Tempo e Espaço e mesmo de Ser. A Ética – a relação com o Outro – é assim “anterior” à Ontologia. Ela é “prima philosophia”, porque se dá “primeiro” que a filosofia. Insta, aqui, questionar se esta ética volta-se apenas ao ser humano ou, ainda, se toda a realidade deve ser lida deste tal viés. Em outras palavras, deve-se perquirir se o possível sentido da realidade repousa na ética, ou se dá eticamente, ou transpassa a mera “espessura ontológica” dos entes e do ser, na busca de “um sentido ético para o ser e para os entes – e não apenas para o ser humano. (SOUZA, Ricardo Timm, 2004.p. 168/169)

Deste modo, tratar de um assunto tão sutil quanto complexo, como ética, substantivo abstrato, em linguagem e forma que crianças possam receber e partilhar, exige uma arte, principalmente porque pela fantasia, o universo anímico vivo na infância encontra correspondência e eco.

A relação com outrem é uma relação que não acaba nunca com o outro, é uma diferença que é uma não indiferença e que vai para além do dever, que não se reabsorve em dívida da qual nos pudéssemos quitar. (LÈVINAS, 2003, p.176)

1.3 Monteiro Lobato e os animais

“A natureza criou o tapete sem fim que recobre a superfície da terra. Dentro da pelagem desse tapete vivem todos os animais, respeitadamente. Nenhum o estraga, nenhum o rói, exceto o homem.” (LOBATO, Miscelânea, 1946)

O uso de animais como personagens nas histórias, até onde se tem conhecimento, teve início com as fábulas do grego Esopo (540 a.C.). O romano Fedro (10 a.C. - 69 d.C) recuperou-as, e com o francês La Fontaine (1621-1695) as fábulas foram apresentadas ao mundo ocidental (Silva, 2001). Tanto as fábulas de Esopo e La Fontaine como a prática da utilização de animais como personagens são, ainda hoje, corriqueiras quando se deseja entabular di-

álogo com as crianças, até mesmo em livros didáticos. (BRAVO, 2008).

A literatura, como qualquer artefato cultural, está inserida na história, estando com isso articulada com os acontecimentos, os processos e os ideários de cada época. Nesta época de modificações no modo de encarar e tratar os animais, de estabelecer relações entre violência com animais e violência contra humanos (BRAVO, 2008). Uma época que abraça tanto polêmicas quanto exageros, a Ética da Alteridade pode entrar como elemento de reflexão e ponderação, buscando sistematizar um caos de conhecimento e de valores.

Os animais na literatura infantil são parte deste processo de mudança de mentalidade, que pode levar a uma inversão paradigmática não somente sobre os animais não humanos, mas principalmente sobre o modo como nos posicionamos diante do outro, do diferente. Daí a importância de se tratar a literatura infantil como elemento informador e formador de valores éticos.

Neste sentido, cabe identificar e explorar os animais que povoam o mundo de faz-de-conta de Lobato, e como estão sendo abordados, buscando compreender o sentido e a importância da vivência representada como forma de equacionar a permanente tensão entre subjetividade e alteridade, num caminho para o maior entendimento do indivíduo em relação a si, ao outro e ao mundo.

Faz-se necessário esclarecer que os personagens de Lobato são muitas vezes humanizados, já que falam e usam de racionalidades próprias dos humanos. Parece um paradoxo: já que falamos em reconhecimento de direitos animais, não deveríamos, ao contrário, animalizar o homem e assim mostrar que o homem é também um animal?

Apesar de Lobato, algumas vezes, dar fala aos seus personagens animais, ele o faz sem retirar do contexto as características naturais, animais, não-humanas, dos protagonistas. Sendo assim, uma aranha deve ser uma aranha, e seus anseios, se é que os tem, devem ser os de uma aranha: esconder-se, proteger-se,

alimentar-se, etc. Lobato não retira os animais do seu ambiente, ao contrário, é o humano que constantemente é inserido no ambiente natural, no habitat animal. A natureza é o cenário preferido no mundo fantástico e tão real de Monteiro Lobato.

É muito comum ver Lobato inserir seus personagens Emília, Pedrinho, Narizinho, Visconde de Sabugosa, entre outros, em um diálogo crítico e instrutivo com um terceiro personagem apresentando a vida animal em seu ambiente natural, sob um viés científico e responsável. Outras vezes, o animal é usado para contrapor ao humanismo ora perverso do homem. Neste sentido, Lobato animaliza o homem e reduz sua razão à condição de sua inferioridade em relação aos demais animais.

Em seu livro *O Saci*, voltado primordialmente para o público infantil, há um espaço apropriado para a reflexão acerca das trocas culturais como fundamento importante da formação do indivíduo por meio do cruzamento de fronteiras e da troca de saberes para a educação da personagem principal (no caso, o menino Pedrinho), que permite afirmar um processo de educação para a vida, que se dá a partir das ações narradas e da transformação do personagem no decurso narrativo. Neste sentido, entre seus múltiplos significados, a natureza e o mundo animal ganharão relevo com a sua beleza e sabedoria frente ao mundo “cultural/artificial” dos homens.

A experiência transformadora ocorre num dia em que Pedrinho decide ir à “mata virgem de seus sonhos”, desarmado de seu bodoque, levando consigo apenas a “arma melhor”: o saci na garrafa (LOBATO, p. 35, 1968). O lugar ermo e a beleza da paisagem descrita preparam a transição do real ao imaginário, do cotidiano ao fantástico:

“Encantado com a beleza daquele sítio, o menino parou para descansar. Juntou um monte de folhas caídas; fez cama; deitou-se de barriga para o ar e mãos cruzadas na nuca. E ali ficou num enlevo que nunca sentira antes, pensando em mil coisas em que nunca pensara antes, seguindo o vôo silencioso das grandes borboletas azuis e embalando-se com o

chiar das cigarras.” (LOBATO, O Saci, 21ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p.36/37.)

Pedrinho prepara-se para entrar num estado de ânimo receptivo, numa harmoniosa comunhão com a natureza táctil – a cama de folhas –, visual – a paisagem, as borboletas –, e auditiva – o chiar das cigarras. Todas essas percepções sensoriais embalam-no até uma percepção e um pensamento novos sobre as coisas, que ele “nunca sentirá”, “nunca pensará” antes. Essa harmonia do ser sensorial e imaginativo instaura um novo espaço, que pautará doravante a narrativa: imaginário e fantástico, em que é bem “natural” a aparição, tão desejada, do saci.

Esse ser folclórico introduz a Pedrinho a um saber novo: os segredos da mata virgem. Neste contexto mágico, Monteiro Lobato viabiliza-lhe o acesso a um novo mundo, capaz de exercitar a imaginação e a redimensionar suas relações com a realidade prática. (SOUZA, 2009).

Em seguida, Pedrinho encontra uma aparição pavorosa, com corpo de cobra e cabeça de boi, que o saci, após examinar com atenção, explica que é apenas uma sucuri devorando um boi. Esse episódio se passa num espaço de transição entre os dois mundos, aqui Pedrinho e o saci compartilham um território fronteiro, nem totalmente próprio de um nem do outro, que serve para aquele receber lições deste e questionar o saber próprio de sua cultura, predominantemente letrada e antropocêntrica. (SOUZA, 2009). Pedrinho entra, neste ponto, num estágio de maravilhamento com o real, mas um real especial, a que sua cultura de origem não dá acesso. A troca de saberes com o saci neste espaço diluidor de fronteiras viabilizará, assim, o enriquecimento de Pedrinho enquanto ser em aprendizagem, reconhecendo tanto a complexidade e os perigos da mata como o valor da esperteza, da astúcia, – próprias dos animais – para sobrepujar a força, como um novo episódio, a luta das cobras, revela:

“Luta terrível! Pedrinho nunca imaginou um tal espetáculo. A mucurana enleou-se na cascavel e as duas rebolaram no chão como

minhocas loucas. Muito tempo estiveram assim. Finalmente a cascavel morreu sufocada, e a muçurana engoliu-a inteirinha, apesar de serem ambas do mesmo tamanho.

– Que horror! – exclamou Pedrinho. – A vida nesta floresta não tem sossego. Só agora compreendo por que os animais selvagens são tão assustados. A vida deles corre um risco permanente, de modo que só escapam os que estão com todos os sentidos sempre alerta.

– É o que os sábios chamam a luta pela vida. Uma criatura vive da outra. Uma come a outra. Mas para que uma criatura possa comer outra, é preciso que seja mais forte – do contrário vai comer e sai comida.

– Mais forte só?

– Mais forte ou mais esperta. Aqui na mata todos procuram ser fortes. Os que não conseguem ser fortes, tratam de ser espertos. Na maior parte dos casos a esperteza vale mais do que a fôrça.” (LOBATO, O Saci, 21ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p.47/48.)

O espaço comum de Pedrinho e o da natureza onde habita o ser folclórico permite revelar a superioridade da natureza. Continua o diálogo entre o saci e Pedrinho:

– Isto é livro que só nós, que aqui nascemos e vivemos toda vida, somos capazes de interpretar. Um menino da cidade, como você, entende tanto da natureza como eu entendo de grego.

– Realmente, saci! Estou vendo que aqui na mata sou um perfeito bobinho. Mas deixe estar que ainda ficarei tão sabido como você.

– Sim, com o tempo e muita observação. Quem observa e estuda, acaba sabendo. Aqui, porém, nós não precisamos estudar. Nascemos sabendo. Temos o instinto de tudo. Qualquer desses bichinhos que você vê, mal sai dos casulos e já se mostra espertíssimo, não precisando dos conselhos dos pais. Bem consideradas as coisas, Pedrinho, parece que não há animal mais estúpido e lerdo para aprender do que o homem, não acha? (LOBATO, O Saci, 21ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p.50.)

A incapacidade do letrado Pedrinho em “ler” o “livro” da mata o leva a questionar seu saber culturalmente herdado: ele reconhece ser, naquele espaço limite, um “bobinho”. (SOUZA, 2009). Este fato é importante, nos leva a uma revisão de paradigmas. Através de Pedrinho, o leitor infantil de Monteiro Lobato, muito provavelmente uma criança urbana, pode repensar os muitos parâmetros afinal empregados pela nossa cultura antropocêntrica para produzir saber. Conforme o saci é, em função das próprias condições de produção de saber que o homem deveria reconhecer-se atrasado e lerdo, em comparação com as demais criaturas, que já nascem sabendo. Inicia-se no exato meio da narrativa, um diálogo entre os dois companheiros, que servirá para Pedrinho entender as limitações, não só de sua cultura específica, mas de sua forma de vida própria, em sentido geral. Com efeito, seus argumentos, um a um, serão refutados pelo astucioso saci. Assim, as invenções, como o avião, revelam apenas um atraso formidável do homem em relação aos patos. A capacidade de ler também é minimizada pelo saci: “Mas que adianta a um bobo saber o que outro bobo pensou?” (p. 54) No calor desta discussão Pedrinho se exalta:

“– Não continue, saci! Você está me ofendendo. O homem não é nada do que você diz. O homem é a glória da natureza!

– Glória da natureza exclamou o capetinha com ironia. Ou está repetindo como um papagaio o que ouviu alguém falar ou então você não raciocina.”

Diante da alegação de Pedrinho de que o homem é a “glória da natureza”, o saci rebate com a temível guerra (era época da Segunda Guerra Mundial então). Pedrinho ainda replica:

“– E vocês aqui não usam guerras também? Não vivem a perseguir e comer uns aos outros?

– Sim; um comer o outro é a lei da vida. Cada criatura tem o direito de viver e para isso está autorizada a matar e comer o mais fraco. Mas vocês homens fazem guerra sem ser movidos pela fome. Matam o inimigo e não o comem. Está errado. A lei da vida manda que só se mate para comer. Matar por matar é crime. E só entre os homens existe

isso de matar por matar – por esporte, por glória, como eles dizem. Qual, Pedrinho, não se meta a defender o bicho homem, que você se estrepa. E trate de fazer como Peter Pan, que embirrou de não crescer para ficar sempre menino, porque não há nada mais sem graça do que gente grande. Se todos os meninos do mundo fizessem greve, com Peter Pan, e nenhum crescesse, a humanidade endireitaria. A vida lá entre os homens só vale enquanto vocês se conservam meninos. Depois que crescem, os homens viram uma calamidade, não acha? Só os homens grandes fazem guerra. Basta isso. Os meninos apenas brincam de guerra.” (LOBATO, *O Saci*, 1968, 21ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p.54/55.)

Conforme esta passagem, o homem erra por violar um princípio da natureza: ele mata não só para comer (lei da vida), mas apenas por matar, sob justificativas vãs: esporte, glória. A atitude do homem diante da natureza, assim, é apresentada (lembrar que o livro tem mais de 70 anos!) como injustificável (“não se meta a defender o bicho homem, que você se estrepa”). Mais especificamente, como aponta o saci, o homem adulto. A infância deve para Lobato permanecer no homem adulto como valor. Ele reage, portanto, à tendência massificadora e friamente racionalista do século vinte, propondo, não a infantilização, mas a manutenção daquele estado especial que rejeitava a idéia de exterminar os outros, animais e homens; como o saci afirma, os meninos “apenas brincam de guerra”. (SOUZA, 2009)

A cultura herdada e letrada também é questionada, assim que o tópico do livro retorna à baila:

– Não temos livros – disse o saci – porque não precisamos de livros. Nosso sistema de saber as coisas é diferente. Nós adivinhamos as coisas. Herdamos a sabedoria de nossos pais, como vocês, homens herdamos propriedades ou dinheiro. Nascer sabendo! Isso é que é o bom. Um pernilongo, por exemplo. Sabe como é a vidinha dele? Nasce na água, saído de um ovinho. Logo que sai do ovinho ainda não é pernilongo – é o que vocês chamam “larva” – uma espécie de peixinho que nada e mergulha muito bem. Um dia essa larva cria asas, pernas compridas e voa. E que faz quando voa?

– Vai cantar a música do fiun e picar as pessoas que estão dormindo em suas camas. É isso o que esses malvadinhos fazem.

– Muito bem! – tornou o saci. – E quem ensina o pernilongo a fazer isso? Os pais? Não, porque depois de soltar os ovos na água os pais dos pernilonguinhos morrem.

Os livros? Não, porque eles não têm livros. Pois apesar disso sabem tudo quanto precisam saber. [...] Sabem tudo direitinho – e ninguém os ensina. Logo, eles têm a ciência de tudo dentro de si mesmos, como vocês têm tripas e estômago e pacuera. (LOBATO, 1968, p.60/61).

Percebemos que o autor faz uma crítica à valorização do racionalismo humano, herança filosófica clássica para a qual a totalidade do sujeito tudo pode, tudo sabe, e é aquele que possui todas as possibilidades culturais, econômicas, políticas e sociais.

A ética que propomos como contribuição da obra de Lobato vislumbra uma concepção que desemboca na destotalização do Eu e na proclamação da Alteridade do Outro, vestígio do infinito manifestado presença do Outro/Próximo – que para fins deste artigo é o ser senciente/os animais não humanos: O homem não está só e seu saber não é o único no Universo, há uma sabedoria que não conseguimos apreender no Outro Animal, mas por não entendê-la, não é ético ignorá-la.

Em outra obra de Monteiro Lobato: *A Reforma da Natureza*, (1968), percebemos o autor incomodado com a visão utilitarista, (tão criticada pelos estudiosos atuais do “Direito Animal”), dos homens em relação aos animais. Emília aproveitando que Dona Benta fora convidada pelos chefes da Europa no fim da 2ª Grande Guerra, para “arrumar o pobre continente”, resolve reformar a natureza juntamente com uma rã.

Mas através da Emília e da sua “reforma”, Lobato continua a frente do seu tempo questionando a visão egocêntrica do homem em relação aos animais. Vejamos o que diz Emília quanto à reforma da vaca Mocha:

“– Não – declarou Emília. Muito complicado. Na Mocha quero umas reformas úteis para ela mesma e não para as criaturas que a exploram. Vou por a cauda no meio das costas, pois assim como está só alcança metade do corpo. Como pode a coitada espantar as moscas que lhe sentam no pescoço, se o espanador só chega às costelas? Tudo errado...” (LOBATO, A Reforma da Natureza, 1968, 8ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p.30.). (Grifos nossos)

Em outra passagem, após a volta de Dona Benta da Europa, esta senhora cheia de sabedoria repreende Emília por sua “reforma da natureza”, criticando a ação do homem sobre a natureza antevendo a destruição de uma ordem evolutiva sábia e conseqüências nefastas e imprevisíveis destas ações humanas:

“– Mas que absurdo Emília, reformar a Natureza! Quem somos nós para corrigir qualquer coisa que existe? E quando reformamos qualquer coisa, aparecem logo muitas conseqüências que não previmos. A obra da natureza é muito sábia, não pode sofrer reformas de pobres criaturas como nós. Tudo que existe levou milhares de anos a formar-se, adaptar-se; e se está no ponto que está, existem mil razões para isto.” (LOBATO, A Reforma da Natureza, 1968, 8ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p.63.)

Observa-se na obra infantil de Lobato, como traço constante, a crítica à noção convencional da superioridade da espécie humana sobre as outras espécies animais. Monteiro Lobato animaliza o homem, e realça a razão perversa do poder humano a qual contrapõe a uma lógica melhor, vejamos, agora, um trecho do livro: A Chave do Tamanho escrito em 1966, na fala de Emília:

“– Homo sapiens de uma figa! Morrem muitos, bem sei. Morrem milhões, mas basta que fique um casal de Adão e Eva para que tudo recomece. O mundo já andava muito cheio de gente. A verdadeira causa da guerra estava nisso: gente demais, como Dona benta vivia dizendo. O que eu fiz foi uma limpeza. Aliviei o mundo. A vida agora vai começar de novo e muito mais interessante. Acabaram-se os canhões, e tanques, e pólvora e bombas incendiárias. Vamos ter muitas coisas superiores: besouros para voar, tropas de formigas para o transporte de cargas, o problema de alimentação resolvido, porque com uma isca de qualquer coisa o estômago se enche et coetera e tal...”

(LOBATO, *A Chave do Tamanho*, 1966, 9ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p.93.)

Aqui há algo que muito importa: fazer as crianças acreditarem que podem mudar as coisas para melhor, é a mágica do faz-de-conta, e neste cenário, pós-diminuição do tamanho humano, do poder humano, estamos iguais aos animais, perdemos nossa soberania, nossos direitos. Neste contexto, a literatura ocupa um papel essencial ao provocar a cultura jurídica a olhar para si mesma, revendo as suas posturas formalistas e tradicionais.

Mais uma vez a razão humana precisa ser revista, já que não é ela a garantidora da adaptação ao mundo da vida. Lobato nos leva a uma releitura de valores, conceitos e categorias tradicionais do direito, das ciências, da filosofia e da ética, neste diálogo de Dona Benta e o Visconde, no livro *A Chave do Tamanho*:

“– Acha sinceramente, Visconde, que podemos subsistir e criar uma nova civilização?

– Acho sim. Acho até que o homem pode criar uma civilização muito mais interessante e mais feliz que a “tamanhuda” como diz a Emília. Ali naquele lago a senhora está vendo um maravilhoso exemplo das novas possibilidades. Nunca um pires d’água deu tantos prazeres a tantas criaturas. Os insetos, por exemplo, vivem perfeitamente adaptados ao planeta e eles não possuem a inteligência das criaturas humanos...

– Mas acha que as nossas velhas idéias tornar-se-ão inúteis neste novo mundo?

– Inúteis propriamente não. Mas tem que ser revistas e reformadas. São idéias filhas da experiência tamanhuda. Com a nova experiência pequenina, está claro que as idéias velhas tem que sofrer adaptações.” (LOBATO, *A Chave do Tamanho*, 1966, 9ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p.127.)

Lobato, genialmente, animaliza o homem novamente, colocando-o num outro paradigma, questionando a ética da huma-

nidade, conclamando ao fim dessa humanidade e o início da bichidade:

“Foi isso que se deu: a completa extinção da Humanidade, pois os insetos de dois pés que a substituíram já não eram propriamente a Humanidade, eram a bichidade, como Emília os classificou. E, portanto ela, a Emília, a Emilinha do sítio de Dona Benta, havia realizado um prodígio sem nome: suprimido a Humanidade!”

Neste contexto, a imaginação/ficção literária se apresenta como elemento privilegiado na compreensão da realidade, pois sem imaginação é impossível compreender a realidade. E esta não pode ser compreendida sem o aporte da ficção, onde tudo é possível, onde somos açoitados por sentimentos, emoções inquietantes e projeções imaginárias do que estão por vir. O texto nos suspende num horizonte alargado. A literatura pode assumir, assim, um importante papel na tentativa de examinar os condicionamentos e desconstruir a visão tradicionalizante do direito e da filosofia quando estes estão atrelados ao uso puramente intelectual dos conceitos.

1.4 Conclusão

Literatura, ficção, arte não põem conclusões, pois se o fizessem, correriam o risco de serem tomadas por lição de moral, definições, coisa muito distante de sua esfera. Daí a dificuldade de teses e dissertações sobre Guimarães Rosa, Saramago, Pessoa ou Clarice, para concluir assertivamente alguma coisa. Leituras são garimpagem em solo alheio, dizia Michel de Certeau, (1997), e voltamos muitas vezes aos mesmos campos para colher frutos e sementes novas. O exercício de pensar e escrever com crianças, inclusive aquelas que estão vivas ainda, dentro do homem velho (“Se não vos tornardes crianças, não entrareis no Reino dos Céus”), parece ampliar as dimensões do texto, apesar de sua extensão reduzida. Lemos, entendemos, nos emocionamos, fazemos a catarse e podemos sair do livro como quem sai à rua sem olhar ninguém. Mas podemos ler, ouvir e contar para que a palavra continue iluminando a rotina, desestabilizando certezas, tornando-nos

mais receptivos, menos arrogantes e pretensiosos, mais encantados e encantadores. A literatura não é para crianças ou adultos: é literatura ou não é. Isto faz com que ela e as artes em seu conjunto, dentro do que o homem estabeleceu como sua cultura, o bem precioso que não se deixa prender e esgotar jamais, seja de todos em todos os tempos e lugares: do contrário, porque Cervantes, Andersen, Verne continuariam a nos fascinar, se tudo do que disseram já estivesse explicado por teorias e métodos reconhecidamente competentes? (YUNES, 2006)

A maravilhosa obra de Monteiro Lobato, teve inegável influência na vida de seus leitores infantis, seja através da sua obra literária ou da série televisiva infantil de mais longa duração na mídia nacional, *O sítio do Pica Pau Amarelo*. A primeira adaptação para a televisão foi exibida de 3 de junho de 1952 a 1962, na TV Tupi, ao vivo, no programa Teatro Escola de São Paulo. Desde então, a série foi apresentada em diversos canais sempre com o mesmo sucesso diante do público infantil. Em julho de 2000, a Rede Globo assinou um contrato de 10 anos com os herdeiros de Monteiro Lobato, para produzir uma nova adaptação para a televisão das histórias do Sítio do Picapau Amarelo, e no dia 12 de outubro de 2001, passou a exibi-la. O programa continuou até o ano de 2007. Com algumas interrupções a série *O sítio do Pica Pau Amarelo* foi exibido na televisão por cinquenta e cinco anos.

A boneca falante Emília era o personagem que refletia o próprio Monteiro Lobato: questionador, anticonvencional, irrequieto, visionário. Através da Emília, percebemos a possibilidade de se questionar valores estabelecidos por meio de um diálogo irreverente com as tradições. Em um cenário rural de um sítio, nos moldes da pequena propriedade dos meados do século XX, uma geração de crianças, na sua maioria urbanas, foi contemplada com a possibilidade de conhecer a vida na natureza e amá-la através do amor que o autor transmitia, como também de questionar a relação do homem com os animais e de ter empatia com os bichos, mesmo os feios e repugnantes.

Não queremos dizer que sua obra vislumbre elementos criadores de direitos para os animais, antes queremos falar do en-

cantamento que a leitura de sua obra desperta, da catarse que experimentamos com seus personagens. E que, através do faz-de-conta, nos conscientizamos que é possível respeitarmos os animais, reconhecermos a eles direitos à vida, ao seu habitat preservado, ao não sofrimento, a uma existência que se justifica além de nossos interesses e principalmente, a uma responsabilidade que nos impõe o Outro, esse ser sensível, que desperta em nós o enlevo do desconhecido, a multiforme sabedoria que excede a nossa, e que nossa razão não consegue apreender.

Parece necessário reconhecer que as grandes questões ecológicas são questões éticas; de decisão ética: a sua solução – ou não-solução – é o que definirá o futuro do próprio homem na Terra, na sua casa maior.

“pois sou responsável por eles sem me preocupar de sua responsabilidade para comigo, e mesmo por esta, do início ao fim sou responsável, o eu (moi), eu sou o homem suportando o universo “pleno de todas as coisas”.”(LÉVINAS, p.102, 1993.)

À literatura é atribuído, portanto, um papel criador capaz de provocar mudanças ao interrogar determinados valores estruturantes dos fundamentos jurídicos, auxiliando no sentido de redefini-los. (SOUZA, 2007).

A fantasia no campo da linguagem nos permite conhecer – e conhecer tanto pela sensibilidade como pela razão – e este é um aporte da literatura aos homens desde os tempos da oralidade. A fantasia é um poderoso agente formador de conceitos e futuras possibilidades para o mundo real infantil, é condição de nosso imaginário. Portanto, esta forma de falar que vai ao inconsciente e seduz, grava o mundo percebido com as emoções no choque entre o princípio do prazer e o princípio da realidade, fazendo com que a fantasia, que é a própria condição de nosso imaginário, seja um poderoso agente formador de conceitos e futuras possibilidades para o mundo infantil

As experiências literárias infantis e seus registros emocionais e racionais naturalmente são esquecidos nas camadas per-

meáveis da memória profunda, mas um dia virão à luz como fantasia, imagens, valores e conceitos que, conjugados, podem resultar num novo paradigma ético, quem sabe mais generoso e responsável para o nosso companheiro na Terra: o animal não humano!

“Tudo é loucura ou sonho no começo. Nada do que o homem fez no mundo teve início de outra maneira – mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum.” (LOBATO, Mundo da Lua, 1923)

REFERÊNCIAS

BRAVO, Teresinha I. **A consideração moral pelos animais: análise de livros didáticos de ciências da segunda série do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2008.

COELHO, Nelly Novaes; SANTANA, Juliana S. L. **A educação ambiental na literatura infantil como formadora de consciência de mundo**. In: TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lúcia Helena (Coord.). **“Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos”**. 1ª ed. São Paulo: Gaia, 1996 (59-76). ISBN 85-85351-58-6.

DIAS, Edna Cardozo. **A tutela jurídica dos animais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

FERREIRA, Sandro de Souza. **Entre a Responsabilidade Infinita e a Tentação da Tentação sobre Cães, Monos e Cobras no pensamento de Emmanuel Lévinas**. In **Alteridade e ética: obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Lévinas**. Ricardo Timm de Souza, André Brayner de Farias e Marcelo Fabri (organizadores). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, 401/411.

LEVAI Fernando Laerte. **Direito dos animais**. 2. ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2004.

———. **Crueldade consentida – Crítica à razão antropocêntrica.** Revista Brasileira de Direito Animal, vol. I, n. I. Salvador: Instituto de Abolicionismo Animal, 2006.

LEVINAS, Emmanuel. **Ética e Infinito.** Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 1988.

———. **Humanismo do outro homem.** Tradução de Pergentino Pivato (coordenador), Aluísio Meinerz, Jussemar da Silva, Luiz Pedro Wagner, Magali Mendes de Menezes e Marcelo Luis Pelizzoli. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

———. **Totalidade e Infinito.** 3ª. edição. Edições 70 Ltda. Lisboa, 2008.

LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre.** São Paulo: Brasiliense, 2t, 1964.

———. **A Chave do Tamanho,** 9ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1966.

———. **A Reforma da Natureza,** 8ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1967.

———. **Cartas escolhidas.** , Editora Brasiliense, São Paulo, 2t, 1964.

———. **O Saci,** 21ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1968.

———. **Prefácios e entrevistas.** São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos animais.** Porto Alegre, Editora Sérgio Antônio Fabris, 2008.

———. **Instituto Humanitas Unisinos. Notícias.** 2008. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com-noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=17048>. Acesso em agosto de 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. Jornal O Globo, Meio ambiente, **A onda verde de Monteiro Lobato**, artigo da leitora Elenita Malta Pereira. Matéria publicada em 22/04/2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2010/04/22/onda-verde-de-monteiro-lobato-916406673.asp>. Acesso em agosto 2010.

RIEGHER, Renata Jardim da Cunha; **Natureza e Alteridade;** Revista de Crítica Jurídica; Periódico quadrimestral de crítica ao direito,

vol. 3 – janeiro-abril/2009 – ISSN 1984-9400; <http://criticajuridica.com.br/wp-content/uploads/revista3/R CJ3renata.pdf>

SINGER, Peter. **Ética prática**. 4ª edição. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

———. **Libertação animal**. Tradução Marly Winckler. Porto Alegre: Ed. Lugano, 2004.

SOUZA, Acácio Luiz. **Pré-Conceitos, Fronteiras e Saberes em O Saci, de Monteiro Lobato**. Raído, Dourados, MS, v. 3, n. 5, p. 65/76, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/132/221>. Acesso em agosto, 2010.

SOUZA, Ricardo Timm. **Bases filosóficas da bioética e sua categoria fundamental: visão contemporânea**. Disponível em <http://www.portalmédico.org.br/revista/bio13v2/artigos/artigo01.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

———. **Ética e Animais – reflexões desde o imperativo da alteridade**. In Revista Veritas. v. 52.n.2. jun. 2007, p. 109- 127; Disponível em: <http://www.pensataanimal.net/artigos/131-ricardo-timm-de-souza/286-etica-e-animais-reflexoes-desde-o-imperativo-da-alteridade-> Acesso em 05 de junho de 2010.

———. **Razões Plurais: itinerários da racionalidade no século XX: Adorno, Bérqson, Derrida, Levinas, Rosenzweig**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

———. **Totalidade e desagregação: sobre as fronteiras do pensamento e suas alternativas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

YUNES, Eliana. **O Tempo eos termos para uma ética: Lei, Literatura e Infância**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 8 – jul./dez. 2006.